

DÍZIMOS E OFERTAS

à luz da Bíblia



Alexandre Rodrigues

Alexandre Rodrigues de Lima

DÍZIMOS E OFERTAS
À LUZ DA BÍBLIA

Brasília
2009

Dízimos e Ofertas à Luz da Bíblia
Copyright © 2009 Alexandre Rodrigues de Lima
Capa: Gilson Rodrigues
Diagramação: Heiko Humann
Tradução para o inglês: Erick Nietto
Impressão:
2ª Edição Revista e Corrigida: Novembro/2009
Tiragem: 2.000 exemplares

Lima, Alexandre Rodrigues
Dízimos e Ofertas à Luz da Bíblia
Alexandre Rodrigues de Lima —
Brasília : Ed. Kaco Gráfica, 2007.
12x18 cm; 96 p.

ISBN 978-85-907075-0-9

1. Dízimo. 2. Bíblia — Doutrina. I Título

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra,
de qualquer forma ou por qualquer meio,
salvo com a permissão prévia e por escrito do autor.
São permitidas apenas breves citações,
desde que citada a fonte.

Todos os direitos reservados ao autor.

Pedidos: alexandre@devoltaapalavra.com.br
www.devoltaapalavra.com

Material protegido por direitos autorais

PREFÁCIO

Confesso que a sensação que me sobreveio quando, pela primeira vez, percebi pelas Escrituras as densas trevas do tempo em que vivemos, foi de medo. Todavia não demorou muito para que esse sentimento se transformasse em um forte encargo de consagrar-me ao Senhor e à Sua Palavra, com o fim de me tornar cooperador com Ele e, de alguma maneira, ajudar aqueles que são vítimas do deus deste século, o qual se ocupa em cegar o “...*entendimento dos incrédulos para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo*” (2Co 4:4).

ESTAMOS VIVENDO EM UMA ERA PROFÉTICA, conforme profetizou o apóstolo Paulo, dizendo: “*E se recusarão a dar ouvidos à verdade, entregando-se às fábulas*” (2Tm 4:4). Foram essas as palavras usadas pelo apóstolo, com o fim de exprimir, ainda que palidamente, a condição de completa apostasia do povo de Deus nestes últimos dias.

O ensino contido nessa porção das Escrituras é constituído de dois pólos: no primeiro

extremo, observa-se que muitos se recusariam a dar ouvidos à verdade. Isto é, manifestariam uma forte resistência quanto à verdade de Deus, a ponto de não suportarem a sã doutrina (2Tm 4:3). No extremo oposto, vemos que tais pessoas se entregariam às fábulas, deixando-se levar pelos enganos descarados e incabíveis de satanás.

O apóstolo Paulo ainda nos diz, em outra de suas epístolas, sobre este tempo de trevas: *“e com todo engano de injustiça aos que perecem, porque não acolheram o amor da verdade para serem salvos. É por este motivo, pois, que Deus lhes manda a operação do erro, para darem crédito à mentira, a fim de serem julgados todos quantos não deram crédito à verdade; antes, pelo contrário, deleitaram-se com a injustiça”* (2Ts 2:10-11).

Sabendo, portanto, da necessidade da Igreja de Jesus Cristo de conhecer e experimentar a verdade, foi que nos sentimos constrangidos a oferecer ao povo de Deus esta série temática - De Volta à Palavra - cujo objetivo é propor uma releitura da Bíblia Sagrada, ao fazer abordagens de temas relevantes que determinam

o bom crescimento e a edificação dos filhos de Deus.

Neste livro, nos propomos a discorrer o tema DÍZIMOS E OFERTAS À LUZ DA BÍBLIA, na expectativa de que Deus nos falará profundamente e que continuará a falar-nos nos temas seguintes.

Bom desfrute!

Bispo Alexandre Rodrigues

ÍNDICE

<u>PREFÁCIO</u>	4
<u>INTRODUÇÃO</u>	8
<u>PRIMEIRO PERÍODO: ANTES DA LEI</u>	10
<u>SEGUNDO PERÍODO: DURANTE A LEI</u>	15
<u>TERCEIRO PERÍODO: DEPOIS DA LEI</u>	20
<u>DEZ PRINCÍPIOS DO NOVO TESTAMENTO</u>	
<u>PARA OFERTAS DE RIQUEZAS MATERIAIS</u>	29
<u><i>PRIMEIRO PRINCÍPIO</i></u>	34
<u><i>SEGUNDO PRINCÍPIO</i></u>	38
<u><i>TERCEIRO PRINCÍPIO</i></u>	43
<u><i>QUARTO PRINCÍPIO</i></u>	46
<u><i>QUINTO PRINCÍPIO</i></u>	52
<u><i>SEXTO PRINCÍPIO</i></u>	58
<u><i>SÉTIMO PRINCÍPIO</i></u>	65
<u><i>OITAVO PRINCÍPIO</i></u>	68
<u><i>NONO PRINCÍPIO</i></u>	76
<u><i>DÉCIMO PRINCÍPIO</i></u>	86

INTRODUÇÃO

A vida cristã deve ser vivida com equilíbrio, pois todo e qualquer extremo é sempre muito perigoso. A Palavra de Deus deve ser lida como um todo, e não devemos, simplesmente, tomar textos isolados conforme melhor nos apraz, para com eles construirmos um raciocínio falaz, e acabarmos, assim, por criar sofismas.

Para uma compreensão adequada a respeito de dízimos e ofertas, torna-se necessário discorrer toda a Escritura, atentando para a sua divisão na história, conforme as dispensações que Deus estabeleceu em Sua Palavra. A partir de um estudo pormenorizado, visto na perspectiva dos tempos e do modo como que Deus se relaciona com o Seu povo em cada época, perceberemos como que a história da Bíblia está dividida em três partes distintas: antes, durante e depois da lei.

Esse é um princípio de interpretação indispensável no estudo de qualquer tema bíblico. Faz-se, pois, necessário, sempre que nos aproximamos

da Bíblia Sagrada, o uso de uma visão histórica, dispensacional, a qual considera as alianças de Deus e respeita o modo como que, em cada época, o Senhor Se relaciona com o Seu povo. Somente a partir desse conhecimento é que será possível se obter um entendimento adequado do assunto em questão.

Neste estudo, oferecemos uma análise minuciosa e particularizada do tema dizimos e ofertas, e do modo como se deve entendê-los nas três principais dispensações bíblicas: antes, durante e depois da lei. Vejamos.

PRIMEIRO PERÍODO: ANTES DA LEI



A lei foi dada aos israelitas, por intermédio de Moisés, depois de terem sido libertados do Egito, estando eles congregados no monte Sinai (Êxodo 19). Esse marco, legitimado pelas Escrituras, nos leva à compreensão de que, tudo o que vem antes de Êxodo 19, isto é, de Gêneses 1 a Êxodo 18, corresponde ao período chamado ANTES DA LEI.

Este período dispensacional é confirmado pela Escritura do Novo testamento em Romanos 5:12-14, texto no qual nos é dito que, desde Adão (Gn 1) até Moisés (Êx 18), havia o pecado no mundo, todavia, o pecado

OS DÍZIMOS MENCIONADOS ANTES DA LEI NÃO ERAM PRATICADOS EM FUNÇÃO DE FORÇA DE LEI. ANTES, PELO CONTRÁRIO, ERAM OFERECIDOS COMO RESULTADO DE RECONHECIMENTO E DE GRATIDÃO. TRATAVA-SE DE REAÇÃO ESPONTÂNEA DE UM CORAÇÃO QUE HAVIA COMPREENDIDO QUE TUDO QUANTO POSSUÍA - O TRABALHO, O ALIMENTO, A FAMÍLIA, A SAÚDE - ERAM RESULTADOS, NÃO DA PRÓPRIA CAPACIDADE, MAS DO CUIDADO PATERNAL DE DEUS A SEU FAVOR.

não era levado em conta, pois não havia a lei.

Outra prova a favor da existência do período anterior à lei encontra-se em João 1:17, que nos diz: *“Porque a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo”*. Ora, vede. Se a lei foi dada por intermédio de Moisés, certo é que antes dele, isto é, durante todo o período histórico compreendido entre Gn 1 a Êx 18, NÃO HAVIA A LEI. Isso certamente nos leva a perceber que houve tal dispensação em que não havia ainda a lei, a qual não raras vezes é ignorada ou desconhecida pela maioria dos cristãos.

Mais uma vez reafirma o apóstolo Paulo, a respeito da referida dispensação, dizendo: *“Outrora, SEM A LEI, eu vivia, mas SOBREVINDO o preceito, reviveu o pecado, e eu morri”* (Rm 7:9).

Verifica-se, portanto, a confirmação da Escritura referente ao primeiro período da história da Bíblia e do homem: o período ANTES DA LEI.

Quanto á prática do dízimo é preciso, pois,

fazer a seguinte pergunta: o dízimo é um elemento próprio da lei, ou já existiam vestígios a seu respeito no período anterior, período esse em que ainda não havia a lei?

Segundo o testemunho da Bíblia Sagrada, durante o período antes da lei há registros, de duas ocasiões, em que dois homens procederam com a prática do dízimo: Abraão (Gn 14:18-20) e Jacó (Gn 28:18-22). Há de se ressaltar, todavia, quais os princípios e a motivação que os levaram a dar o dízimo.

No caso de Abraão, vemos um homem que compreendeu o cuidado de Deus para consigo, e que reconheceu que a vitória obtida sobre os quatro reis, não seria possível, senão pela intercessão de Melquisedeque, o sacerdote do Deus Altíssimo. Assim, impulsionado por profunda gratidão a Deus, e não por força de lei, movido tão somente por “espírito” de RECONHECIMENTO e GRATIDÃO, foi que Abraão separou o dízimo de todos os despojos conquistados na guerra, e os deu a Melquisedeque.

Abraão reconheceu que por ele mesmo, com

apenas 318 homens, não poderia jamais vencer os quatro reinos. Quando, pois, voltava vitorioso da batalha, ao ser recebido por Melquisedeque, compreendeu que a sua intercessão foi que lhe abriu o caminho para a vitória, haja vista ser o ministério de o ministério da intercessão (Hb 7:17 e 25). Por esta razão, de tudo quanto conquistou, separou-lhe o dízimo.

No caso de Jacó, temos a figura de um fugitivo e errante, lançado à própria sorte, longe de casa e sem o amparo algum de seus pais. Percebendo ele a dureza e perigos da vida, e sabendo que não lhe seria possível sobreviver sem o cuidado paternal de Deus, orou, dizendo: *“Se Deus for comigo, e me guardar nesta jornada que empreendo, e me der pão para comer e roupa que me vista, de maneira que eu volte em paz para a casa de meu pai, então, o SENHOR será o meu Deus; e a pedra, que erigi por coluna, será a Casa de Deus; e, de tudo quanto me concederes, certamente eu te darei o dízimo”*.

Ora, o que se percebe neste voto feito por Jacó? Percebe-se o mesmo princípio que norteou a “oferta” de Abraão, porquanto, disse Jacó: *“Se Deus*

for comigo, e me guardar nesta jornada que empreendo, e me der pão para comer e roupa que me vista [...] de tudo o que me concederes, certamente te darei o dízimo". O ato de Jacó entregar os dízimos foi, semelhantemente, o resultado do reconhecimento de que todas as suas conquistas eram expressão do cuidado de Deus para consigo, em sua difícil jornada.

Portanto, na Bíblia há menção de pessoas que praticaram o dízimo ANTES DA LEI. Ressalto, entretanto, que tal prática não diz respeito ao dízimo movido pela força de Lei. Antes, pelo contrário, diz de um dízimo como fruto de reconhecimento e gratidão. Trata-se de reação espontânea de um coração que compreendeu que tudo quanto possui – o trabalho, o alimento, a família, a saúde – são resultados, não da própria capacidade, mas do cuidado paternal de Deus a seu favor.

Este é o princípio do dízimo antes da lei: RECONHECIMENTO e GRATIDÃO.

SEGUNDO PERÍODO: DURANTE A LEI

2

“A lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo” (João 1:17). Esse texto nos mostra que o período da lei teve o seu começo em Moisés, e o seu fim, em Cristo.

Durante o período da lei, houve também a presença do dízimo. A diferença, no entanto, entre o dízimo da lei e o dízimo praticado por Abraão e Jacó, antes da lei, está no princípio como eram aplicados. A Bíblia não limita a

prática do dízimo apenas ao período da lei. Mas, ao estendê-la aos períodos antes e durante a lei, dife-

O PRINCÍPIO DO DÍZIMO DURANTE A LEI ERA UMA ESPÉCIE DE COERÇÃO, PRINCÍPIO ESSE QUE CONDUZIA O OFERTANTE A OBEDECER A DEUS PELO MEDO DA PUNIÇÃO. POR OUTRO LADO, O OFERTANTE ERA INSPIRADO PELA PROMESSA DE RECOMPENSA, O QUE O FAZIA UM INTERESSEIRO E BARGANHADOR, E NÃO UM SERVO QUE SE COLOCA NA POSIÇÃO DE SÚDITO, EM ADORAÇÃO A TUDO O QUE O SEU SENHOR É.

rencia-a mediante princípios distintos de aplicação. Assim, se antes da lei o princípio que regia a prática do dízimo era o do reconhecimento e gratidão do coração, qual seria, então, o princípio norteador do dízimo durante a o período da lei?

Ora, vede. O princípio de aplicação do dízimo durante a lei é o princípio da BÊNÇÃO e da MALDIÇÃO, de acordo com as condições da primeira aliança, feita no monte Sinai (Ex 19:5-6). Conforme se verifica no prelúdio da primeira aliança, se o povo de Israel andasse no caminho da obediência, fazendo tudo o que a lei determinava, teriam a bênção garantida da parte de Deus. Se, todavia, se desviasse e viesse a andar no caminho da desobediência, deixando de guardar os estatutos da aliança, receberiam como justa recompensa, as maldições e imprecções prescritas na lei (Dt 27 - 28).

O dízimo, naquele tempo, era enquadrado na mesma disciplina que os demais mandamentos. Por essa razão, Malaquias, o último profeta do Antigo testamento, ao se referir à infidelidade do povo de Israel, sobretudo no que diz respeito aos dízimos

e ofertas, fez severas repreensões, utilizando-se do princípio da bênção e da maldição, de acordo com a lei (MI 3:8-11).

Este princípio não é aplicável aos dias de hoje, tendo em vista o fato de a nova aliança ter suplantado a antiga, como está escrito no novo testamento: *“Porque, se aquela primeira aliança tivesse sido sem defeito, de maneira alguma estaria sendo buscado lugar para uma segunda. E, de fato, repreendendo-os, diz: Eis aí vêm dias, diz o Senhor, e firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá, não segundo a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os conduzir até fora da terra do Egito; pois eles não continuaram na minha aliança, e eu não atentei para eles, diz o Senhor [...]. Quando ele diz nova, torna antiquada a primeira. Ora, aquilo que se torna antiquado e envelhecido está prestes a desaparecer”* (Hb 8:7-8 e 13).

Neste caso, se já não mais vivemos no tempo da lei, pois esta é uma aliança revogada por causa de sua fraqueza e inutilidade (Hb 7:18), não podemos nos utilizar dos princípios nela envolvidos, uma vez

que “Cristo nos resgatou da MALDIÇÃO da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro, para que a BÊNÇÃO de Abraão chegasse aos gentios, em Jesus Cristo...)” - Gl 3:13-14.

Quando Jesus sofria na cruz do Calvário, levava sobre si todas as maldições prescritas na lei, as quais cabiam a nós. Ele próprio Se fez maldição em nosso lugar. Como pode, nos dias de hoje, no tempo em que a BÊNÇÃO prometida a Abraão chega a nós pela fé, e não por obras, sermos “bombardeados” por uma série de maldições pronunciadas dos púlpitos, por aqueles que se declaram homens de Deus? Isso não é próprio de quem conhece a Deus e a Sua Palavra. Tais pregadores, privados da verdade, supondo que a piedade é fonte de lucro, conduzem os cristãos a um falso relacionamento com Deus, baseado numa aliança já revogada, e os fazem naufragar na fé, afogando-os na ruína e perdição (1Tm 6:5-10).

O princípio do dízimo durante a lei era uma espécie de coerção, princípio esse que conduzia o ofertante a obedecer a Deus pelo medo da punição. Por

outro lado, o ofertante era inspirado pela promessa da recompensa, o que o fazia um interesseiro e barganhador, e não um servo que se coloca na posição de súdito, em adoração a tudo o que o seu Senhor é.

O tempo da lei passou e, portanto, o princípio da bênção e maldição não faz parte da vida devocional dos cristãos do tempo presente. Deixemo-nos, pois, levar para aquilo que é perfeito (Hb 6:1).

TERCEIRO PERÍODO: DEPOIS DA LEI **3**

O período no qual vivemos é chamado bíblicamente de dispensação da graça, conforme claramente escreveu o amado irmão e apóstolo Paulo, dizendo: *“se é que tendes ouvido a respeito da dispensação da graça de Deus a mim confiada para vós outros”* (Ef 3:2). A dispensação da graça diz respeito ao mesmo período de que falou o apóstolo João, tempo esse em que a graça e a verdade foram trazidas por Jesus Cristo (Jo 1:17).

NO NOVO TESTAMENTO, NÃO HÁ, EM NENHUMA PARTE SEQUER, O ENSINO NA FORMA DE MANDAMENTO A RESPEITO DO DÍZIMO. O TEMPO DA LEI PASSOU E, PORTANTO, O PRINCÍPIO DA BÊNÇÃO E MALDIÇÃO NÃO FAZ PARTE DA VIDA DEVOCIONAL DOS CRISTÃOS DO TEMPO PRESENTE. DEIXEMOS, POIS, LEVAR PARA AQUILO QUE É PERFEITO.

Este é o período delimitado pelo novo testamento e, portanto, é por ele que devemos nos reger. A nossa busca, no que diz respeito aos dízimos e ofertas, consiste no descobrimento da vontade de

Deus, neste particular, conforme se encontra na nova aliança. Descobrir, pois, os princípios que norteiam as ofertas de riquezas materiais, que os cristãos no presente tempo oferecem ao Senhor, é nossa tarefa. Vejamos:

No novo testamento não há, em nenhuma parte sequer, o ensino na forma de mandamento a respeito do dízimo. Há, todavia, algumas pessoas que, nesciamente, insistem em apresentar dois textos, Mateus 23:23 e Hebreus 7:4-9, como que querendo justificar o mandamento e a prática do dízimo nos ensinos do novo testamento. Diante disso, torna-se necessário saber do que tratam os referidos textos, para não criarmos sofismas com a Palavra de Deus.

Na primeira referência em Mateus 23:23, diz: *“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fé; devíeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas!”*.

Quando se faz leitura do referido texto com

um olhar imparcial, observa-se que não há uma ratificação da prática do dízimo, como quem transfere a sua legalidade para o novo testamento. Pelo contrário, vemos uma repreensão severa aos que, ao praticarem a lei, negligenciavam o que havia de mais importante, ao passo que, as coisas menores eram colocadas em primeiro lugar.

Esta é a razão pela qual, no versículo anterior, (23:22), o mesmo Jesus repreende os escribas e fariseus, dizendo: *“Guias cegos, que coais o mosquito e engolis o camelo!”*. Ora, o que vem a significar o mosquito aqui neste contexto? Representa as coisas menos significativas da lei, as quais eles coavam, isto é, faziam questão de as praticarem. O camelo, por sua vez, representa as coisas de maior importância, as quais eles engoliam, isto é, deixavam passar despercebidas, sem serem observadas. O ensino de Cristo nesta porção da Escritura, NÃO TRATA da prática do dízimo aos cristãos que estão sob a nova aliança. Antes, trata-se de uma repreensão à atitude hipócrita dos líderes religiosos daquele tempo. Os fariseus observavam aquilo que lhes convinha, e negligenciavam o que era, de fato, essencial, a saber: a justiça, a mi-

sericórdia e a fé.

Aquilo que era exterior e que não procedia do coração era praticado por eles; ao passo que, o que requeria pureza e fidelidade de coração, proveniente de uma alma transformada, desse, eles se esquivavam. Por essa razão, exclamou Jesus, dizendo: “...*de-víeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas*”. Ou seja, a prática das coisas de menor importância, não isenta de responsabilidade o homem que está sob a lei, de vir a obedecer aos demais mandamentos. O dever daqueles que estão sob a primeira aliança (pois neste tempo a nova aliança ainda não havia sido promulgada) compreende tanto de mandamentos de “menor” importância (o mosquito), quanto de mandamentos que assumem um maior grau na escala de valores divinos (os camelos).

O ensinamento claro ministrado por Jesus no contexto de Mateus 23 ensina-nos que o cumprimento da lei, de acordo com a aliança do Sinai, deve ser integral, sem parcialidades, conforme declarou Tiago em sua epístola, dizendo: “*Pois qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se tor-*

na culpado de todos” (Tg 2:10).

De acordo com esse princípio da aliança do Sinai, não se podia observar o que era mais significativo, e ao mesmo tempo negligenciar aquilo que se julgava menos importante; nem tão pouco se podia negligenciar as coisas consideradas grandes, para se dedicar às menos importantes. O princípio da lei é este: aquele que tropeça em um só ponto, seja grande ou pequeno, é culpado de todos.

Os fariseus, naquele momento, deveriam reconhecer a sua incapacidade de cumprir toda a lei, e se reconhecerem malditos, como também está escrito: *“Todos quantos, pois, são das obras da lei estão debaixo de maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no Livro da lei, para praticá-las”* (GI 3:10). Então, uma vez prostrados, deveriam clamar pela graça divina, encurvados diante d’Aquele que veio trazer vida, e vida em abundância (Jo 10:10). Pois, como diz a Escritura, *“é evidente que, pela lei, ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé”* (GI 3:11).

A segunda referência bíblica citada por aqueles que desejam aplicar o dízimo ao novo testamento é Hebreus 7:4-10. Nesta passagem encontra-se uma dissertação do apóstolo, a respeito da superioridade do sacerdócio de Melquisedeque sobre o obsoleto sacerdócio de Arão. O texto em questão nada tem a ver com a prática do dízimo, conforme alguns, arbitrariamente, o impõem. O ponto conflitante dissertado nesta porção é o fato de que, com a morte, ressurreição e ascensão de Cristo, o sacerdócio deixava de ser exercido pelos sacerdotes levitas e passava a ser executado por Cristo, nos céus, segundo a ordem de Melquisedeque.

Todavia a controvérsia se instaura no momento em que se questiona com que autoridade fora feita a mudança de sacerdócio. Pois, se somente os filhos de Levi poderiam exercer o sacerdócio, como poderia “este” Cristo, ser o único e exclusivo sacerdote, nos céus, se nem ao menos pertencia à tribo de Levi? Ora, sabemos que o Cristo veio da tribo de Judá (Hb 7:13-14). Como, então, poderia Jesus Cristo ser o sacerdote na presença de Deus, segundo uma ordem sacerdotal (ordem de Melquisedeque), a qual não pos-

suía nenhuma relevância ou tradição para o povo de Israel?

A resposta para esses questionamentos encontra-se na superioridade de Cristo sobre todas as coisas. Tratando-se da questão do sacerdócio, o escritor aos Hebreus nos mostra como que Melquisedeque é superior a Abraão e, conseqüentemente, superior a Levi. E para provar a sua asseveração, o apóstolo nos apresenta a sobre-excelência de Melquisedeque sobre Abraão e Levi, tomando por argumento o episódio narrado em Gênesis 14, ocasião em que Abraão paga o dízimo a Melquisedeque.

Diz-nos o texto sagrado que quando Abraão voltava vitorioso da guerra contra os quatro reis, Melquisedeque, sacerdote do Deus Altíssimo, veio ao seu encontro para lhe servir pão e vinho. Abraão, vendo que a sua conquista sobre os reis era devido à intercessão de Melquisedeque, (pois o ministério de Melquisedeque é o ministério da intercessão – Hb 7:25), deu-lhe o dízimo de tudo quanto havia conquistado. Melquisedeque, por sua vez, o abençoou.

Neste ponto, o apóstolo lança a seguinte pergunta: quem é maior: o que abençoa ou o que é abençoado? *“Evidentemente, é fora de qualquer dúvida que o inferior [Abraão] é abençoado pelo superior (Melquisedeque)”* (Hb 7:7). E se Abraão, sendo menor, deu o dízimo a Melquisedeque, então, Levi, descendente de Abraão, o que recebe ordem de recolher, de acordo com a lei, os dízimos do povo de Israel, também o pagou a Melquisedeque. Pois, quando Abraão pagou o dízimo, Levi semelhantemente o fez, na sua pessoa (Hb 7:5 e 9-10). Esse é o princípio da unidade biológica. Levi, bisneto de Abraão, estava nele, quando este pagou o dízimo a Melquisedeque.

Assim, se Levi possuía proeminência entre os filhos de Israel porque recolhia para si o dízimo de todo o povo, então, Melquisedeque é superior a ele, pois dele recebeu o dízimo. Compreende-se, pois, desse texto, que o apóstolo não argumenta a favor da prática do dízimo na era do novo testamento. Antes, ao tomar por empréstimo o episódio do dízimo de Abraão, fundamenta a argumentação da sobre-excelência de Melquisedeque sobre Levi.

O sacerdócio de Cristo, portanto, cuja linhagem é a de Melquisedeque, tem origens remotas, desde muito antes de sequer existir a nação de Israel. Trata-se de um sacerdócio que o tempo, nem os pecados e nem a morte seriam capazes de interrompê-lo, como está escrito: “O *SENHOR* jurou e não se arrependará: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque” (110:4).

Portanto verifica-se que o assunto de Hebreus 7 não existe para ratificar a prática do dízimo na era do novo testamento; embora o dízimo de Abraão seja ali mencionado, é tomado tão somente como texto argumentativo a favor da verdadeira intenção do autor da epístola: falar da superioridade de Cristo sobre Levi, da linhagem sacerdotal de Melquisedeque sobre a levítica, com o fim de se chegar à grande conclusão do capítulo oito: “Ora, o essencial das coisas que temos dito é que possuímos tal sumo sacerdote, que se assentou à destra do trono da Majestade nos céus, como ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem” (vs. 1 e 2).

**DEZ PRINCÍPIOS DO NOVO
TESTAMENTO PARA AS OFERTAS
DE RIQUEZAS MATERIAIS**

QUAL O ENSINAMENTO CLARO E PRÁTICO DO NOVO TESTAMENTO EM RELAÇÃO ÀS OFERTAS DE RIQUEZAS MATERIAIS?

É importante ressaltarmos que em toda e qualquer época, seja antes, durante ou depois da lei, as ofertas de riquezas materiais **SEMPRE FIZERAM PARTE** da vida devocional do povo de Deus.

Nunca houve um tempo em que a prática do ofertar fosse facultativa. Na verdade, o que muda de dispensação para dispensação, não é a responsabilidade de se ofertar riquezas materiais, mas o princípio que a norteia e o modo como praticamos o ato do ofertar.

Muitos, escondidos por detrás de uma falsa obediência ao novo testamento, argumentando que não há mandamento explícito sobre o dízimo, esquivam-se de ofertar ao Senhor, considerando isso uma atitude nobre e correta diante de Deus. Outros, porém, considerando que não há porcentagem estipulada que determine ao crente o quanto se deve ofertar, conduzem-se negligentes neste particular, ofertando

do que lhes sobra (quando sobra), numa clara expressão de avareza. Todavia, não é esse o ensinamento bíblico do Novo testamento.

A nova aliança não veio para rebaixar o padrão de fidelidade e serviço dos servos de Deus. Nem mesmo veio abrir uma porta para a negligência e para a prática da avareza. Pelo contrário; a Escritura do novo testamento nos ensina que *“se a vossa justiça não EXCEDER EM MUITO a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus”*

(Mt 5:20). A nova aliança requer um padrão de justiça excedente a dos escribas e fariseus. De sorte que, se a justiça que os fariseus buscavam provinha de lei, a justiça excelente vivida e praticada pelos cristãos do Novo testamento é o próprio Cristo como Vida, ex-

**A NOVA ALIANÇA RE-
QUER UM PADRÃO DE
JUSTIÇA EXCEDENTE A
DOS ESCRIBAS E FARI-
SEUS. DE SORTE QUE,
SE A JUSTIÇA QUE OS
FARISEUS BUSCAVAM
PROVINHA DE LEI, A
JUSTIÇA EXCELENTE
VIVIDA E PRATICADA
PELOS CRISTÃOS DO
NOVO TESTAMENTO
É O PRÓPRIO CRISTO
COMO VIDA, EXPRES-
SANDO-SE POR NOSSO
INTERMÉDIO.**

pressando-Se por nosso intermédio (Rm 10:3-4; 1 Co 1:30; Fp 3:9-10). Essa Vida Divina, a qual é o próprio Cristo que habita em nós (Cl 3:4; 1 Jo 5:20), ensina-nos que *“é mister socorrer os necessitados... [pois] mais bem aventurado é dar que receber”* (Atos 20:35). Ensina-nos também essa mesma Vida que em nós habita que a maneira de administrarmos os bens de Deus, que estão sob a nossa mordomia, é ajuntando tesouros no céu, onde traça e nem ferrugem corroem, e onde ladrões não escavam nem roubam (Mt 6:20).

Ora, esse padrão de justiça não corresponde ao padrão da lei, a qual mede a quantia a ser dada, a saber: 10%. Antes, pelo contrário, é um ato do coração, como disse o próprio Jesus: *“Porque, onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração”* (Mt 6:21). Assim, no novo testamento, a largura e a visão do coração é que determinam a quantia a ser ofertada. A interpretação equivocada a respeito da graça de Deus tem produzido muitos males no meio do Seu povo. Ao invés de reagirmos positivamente à Sua graça, buscando alcançar uma vida santa, justa e piedosa, temos nos tornado negligentes e tardios, com a falsa segurança de que tudo terminará bem (Tt 2:11-14).

Não devemos nos esquecer das palavras dos apóstolos que nos exortaram, dizendo: *“Não vos enganeis: de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará”* (Gl 6:7). E ainda: *“Ora, nós conhecemos aquele que disse: A mim pertence a vingança; eu retribuirei. E outra vez: O Senhor julgará o seu povo. Horrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo”* (Hb 10:30-31). Todos esses são conceitos clássicos do Novo testamento. Fiquemos atentos.

Os capítulos 8 e 9 da Segunda Epístola de Paulo aos Coríntios são dedicados ao assunto do ofertar no Novo testamento. O apóstolo, nestes capítulos, utiliza 39 versículos para apresentar os principais princípios sobre o modo, as motivações, o porquê e a responsabilidade do ofertar individual de cada cristão.

Portanto nos propomos, no que se segue, a fazer uma investigação acurada na Bíblia Sagrada, apresentando DEZ PRINCÍPIOS que regem o ofertar na era neotestamentária de acordo com a doutrina dos apóstolos.



PRIMEIRO PRINCÍPIO

OFERTA É UM DIREITO ADQUIRIDO PELA GRAÇA DE DEUS AOS CRENTES DO NOVO TESTAMENTO

O primeiro princípio diz que o ofertar é, sobretudo, um direito adquirido pela graça de Deus, aos crentes do Novo testamento. Somente os que participam do dom da salvação, podem participar do dom do ofertar. Foi por essa razão que os irmãos da Macedônia rogaram ao apóstolo Paulo, dizendo que não lhes privassem da GRAÇA de participar da assistência aos santos (2Co 8:4).

Os cristãos da Macedônia viviam momentos de profunda pobreza (8:2). Talvez fosse essa uma boa desculpa, por parte deles, para não participarem da graça do ofertar. Todavia, movidos por uma visão, visão esta muito maior do que a pobreza a qual estavam sofrendo, rogaram, com muitos rogos, a graça de participarem da assistência aos santos. E não somente isso, mas ao ofertar, se mostraram voluntários, NA MEDIDA de suas posses, e mesmo ACIMA DELAS (2Co 8:3).

Vejam: mesmo que o mandamento neotestamentário nos diga que o ofertar deve ser daquilo que temos, e não daquilo que não temos (2Co 8:12), a visão da graça não conhece limites; pois não possui parentesco com a lei, a qual possui como norte as letras frias e mortas do certo e do errado.

Ora, essa disposição no ofertar é um rompimento com o paradigma do dízimo do antigo testamento, pois não se limita a 10% do salário, mas sobrepuja e vai além do que a lei determina. É um ofertar da graça. É a visão de que a maior oferta chamada de “*O Dom Inefável de Deus*” (2Co 9:15), é a dívida do Pai a nós – Jesus Cristo – o qual morreu em nosso lugar.

Por isso, a disposição do ofertar, segundo o princípio da graça, deve ser praticada na esfera do amor, e não nos limites periféricos da lei.

Observa-se que o ato do ofertar, segundo o princípio da graça, está intimamente ligado ao dom inefável de Deus. A Bíblia nos afirma que a igreja primitiva, ao enviar os apóstolos para pregarem o evan-

gelho, NÃO ACEITAVA OFERTAS DE GENTIOS, por causa do Nome de Jesus Cristo (3 Jo 1:7). Isto é, a compreensão da igreja era de que aqueles que não haviam experimentado a graça da salvação, da oferta do corpo de Jesus, não podiam, por uma questão de coerência, participar da graça do ofertar, visto que a mensagem do evangelho exige, sobretudo, a entrega da própria pessoa ao Senhor, e não somente o ofertar de recursos materiais.

O contrário disso acontece tão frequentemente nas igrejas institucionais dos dias de hoje. As pessoas são convidadas a levarem seus recursos como oferta “a Deus”, na promessa de que receberão como recompensa o dobro, o triplo, ou até mesmo o cêntuplo, na proporção daquilo que cada um deu. Em contrapartida, nada dizem da necessidade do novo nascimento, da transformação necessária da vida interior, nem tão pouco se preocupam com as mais estranhas confissões de fé, professadas pelos ofertantes. Antes, ao contrário, lhes são dito que NÃO PRECISAM MUDAR DE “RELIGIÃO”, pois o que “Deus” deseja, dizem, é tão somente fazer- lhes prosperar no melhor desta terra.

Ora, esse tipo de relacionamento e culto é pagão, e se assemelha à proposta da divindade genética Baal, a qual é reconhecida historicamente pelo poder de fertilizar e fazer prosperar os seus adoradores. Esses, para “obterem” respostas aos seus pedidos, não precisavam deixar de lado os seus deuses antigos. Antes, conforme é comum até os dias de hoje, bastavam praticar os rituais exigidos e oferecer as ofertas estabelecidas, conformando-se ao o sincretismo religioso, marca evidente das igrejas caídas do século XXI.

O Conceito fundamental das ofertas no Novo testamento é que, somente os que recebem o Senhor como oferta pelos seus pecados e se dão, a si mesmos, primeiramente a Ele antes de qualquer outra coisa, é que estão aptos para ofertar ao Senhor (2Co 8:5). Somente os que se dão primeiramente ao Senhor, podem doar, conseqüentemente, suas ofertas para a cooperação de Sua verdade. (3 Jo 1:7 e 8).

2

SEGUNDO PRINCÍPIO

OFERTA FAZ PARTE DA CONFISSÃO DE FÉ
DOS CRISTÃOS DO NOVO TESTAMENTO

Somente os que receberam o Dom Inefável de Deus (a vida eterna que é Cristo Jesus), estão aptos para participar do dom do ofertar segundo a graça. A razão para tal restrição é explicada pelo fato de o ato do ofertar assim como tantos outros benefícios e disciplinas provenientes da fé evangélica, fazerem parte da confissão de fé dos crentes em Jesus Cristo. Os benefícios da eterna redenção tanto quanto a obediência que se requer ao evangelho são exclusivos dos que ouviram, e creram e que passaram a professar o nome de Jesus.

O dom do ofertar é um benefício adquirido pelo ato redentor de Cristo Jesus na cruz do Calvário. Eis a razão pela qual o dom do ofertar faz parte da nossa CONFISSÃO DE FÉ, conforme está escrito: *“Porque o serviço desta assistência não só supre a necessidade dos santos, mas também redundando em muitas graças a Deus, visto como, na PROVA DESTA MINISTRA-*

ÇÃO [do ofertar], glorificam a Deus pela OBEDIÊNCIA DA VOSSA CONFISSÃO QUANTO AO EVANGELHO de Cristo e pela liberalidade com que contribuís para eles e para todos, enquanto oram eles a vosso favor, com grande afeto, em virtude da superabundante graça de Deus que há em vós. GRAÇAS A DEUS PELO SEU DOM INEFÁVEL” - 2Co 9:12-15.

Paulo foi o apóstolo separado para pregar o evangelho aos gentios (Ef 3:1-2). Desse modo, a confissão de fé da igreja neotestamentária, o que difere, em muito, das sombras e figuras próprias da religião judaica, foi por ele definida e consolidada, mediante seu ministério de pregador, apóstolo, profeta e mestre (1Tm 2:7 cf. At 13:1).

Em seu ensinamento sobre ofertas, Paulo nos ensina que o ato de ofertar é uma ministração; isto é, é um serviço espiritual prestado por sacerdotes a Deus. A palavra grega usada para “ministração”, em 2 Coríntios 9:13, possui a mesma raiz do termo grego *diakonos*, e que traduzido quer dizer diácono. Ora, o que vem a ser um diácono? Diácono é alguém separado para Deus a fim de servi-lo, no que concerne

a coisas materiais, porém, com fins espirituais, para facilitar e viabilizar a pregação da Palavra de Deus (At 6:1-4).

Afirmar, portanto, que os que ofertam a Deus riquezas de caráter material ministram ao Senhor assim como o fazem os diáconos, quer dizer que, embora ofertem recursos terrenos, possuem por objetivo maior e espiritual a colaboração na pregação da verdade.

Aqueles que ofertam ao Senhor, de acordo com a graça a eles dispensada, prestam a Deus um serviço espiritual. Isto é, no momento em que ofertam para o suprimento e bom andamento das questões materiais do povo de Deus, prestam, na verdade, um serviço espiritual ao próprio

Senhor. Assim como os diáconos foram estabelecidos, no princípio da igreja, para servir as mesas (At 6:1-7), e esse ato de servir na distribuição da refeição diária constituía um serviço sagrado a Deus, do mesmo modo, o ofertar de riquezas materiais constitui um culto a Deus e faz parte da vida devocional de

todos os Seus verdadeiros do Altíssimo.

Ofertar é um ato de adoração e de culto prestado a Deus. Portanto, sempre que nos dirigirmos ao gazofilácio (caixa de ofertas) para levarmos a Deus nossas ofertas, precisamos fazê-lo com temor diante do Senhor, sem hipocrisia, com coração voluntário, visto que estamos diante do Criador dos céus e da Terra, e que ali Ele está para receber das nossas mãos as nossas ofertas (Mc 12:41).

Não devemos considerar as ofertas, ou mesmo o momento do ofertar, como algo menos santo do que os demais procedimentos que têm lugar nas reuniões da igreja. Tudo quanto fazemos, sejam nossas orações, louvores, testemunhos, pregações ou ofertas, constitui o nosso culto a Deus. A igreja, nesse sentido, na qualidade de sacerdócio santo, sempre que se reúne, reúne-se para oferecer a Deus sacrifícios espirituais por intermédio de Jesus Cristo (1 Pe 2:5). E assim, ao entoarmos a Deus cânticos espirituais, ou ao elevarmos a Ele as nossas orações, ou quando ministramos a Sua Palavra, ou quando ao Senhor dedicamos nossas ofertas, ou ainda quando fazemos

qualquer outra coisa em o nome de Jesus, estamos a cultivar a Deus e a servi-Lo em Sua presença, para o louvor da Sua graça.

O ofertar, olhando-o por outro prisma, constitui não somente um culto ao Senhor, mas também consiste em prova de obediência ao evangelho que um dia abraçamos, conforme afirmou o apóstolo Paulo, dizendo: “...*glorificam a Deus pela OBEDIÊNCIA DA VOSSA CONFISSÃO QUANTO AO EVANGELHO de Cristo e pela liberalidade com que contribuís...*” (2Co 9:13).

Portanto, o ato de ofertar é privilégio somente dos santos, visto ser, por um lado, um culto a Deus, mediante Jesus Cristo, o que implicar crer no Seu nome; e por outro, um gesto de obediência à confissão que fizemos no dia em que cremos no evangelho, a qual devemos sustentar até o dia de Cristo Jesus.

3

TERCEIRO PRINCÍPIO

OFERTAS COMO EXPRESSÃO DE AMOR PARA COM OS SANTOS

Quando o apóstolo Paulo busca tocar o coração da igreja, para que ela seja despertada para a graça do ofertar, ele evita estabelecer mandamentos rígidos ou coercivos. Antes, ao clamar à igreja por ofertas, apela para a sinceridade do amor dos santos, pois sabe que o modo de ofertar do novo testamento tem por inspiração a Oferta do Pai ao homem perdido: O Dom Inefável, o qual é Cristo Jesus (2Co 9:15). Por isso, diz: *“Não vos falo na forma de mandamento, mas para provar, pela diligência de outros, a SINCERIDADE DO VOSSO AMOR; pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre POR AMOR DE VÓS, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos”* (2Co 8:8-9).

O amor que muitas vezes expressamos de lábios precisa ser materializado, em obras, de fato e verdade. Por essa razão, foi que o apóstolo João em sua epístola nos exortou, dizendo: *“Ora, aquele que*

possuir recursos deste mundo, e vir a seu irmão padecer necessidade, e fechar-lhe o coração, como pode permanecer nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos de palavra, nem de língua, mas de fato e verdade. E nisto conheceremos que somos da verdade, bem como, perante ele, tranquilizaremos o nosso coração” (1 Jo 3:17-19).

De semelhante modo, o apóstolo Paulo exorta aos irmãos, dizendo: “*Completai, agora, a obra começada, para que, assim como revelaste prontidão no querer, assim a leveis a termo, segundo as vossas posses*” (2Co 8:11). Veja como esse texto mostra-nos que o ofertar começa no coração, com a prontidão do querer, e que continua com a materialização da vontade, levando-a a cabo, ao trazermos as nossas ofertas segundo as nossas posses.

Observe que o ponto de partida das ofertas não é o padrão da lei, mas a disposição do coração. É quando o coração se mostra voluntarioso, pronto a dar, disposto a dividir, desejoso a compartilhar.

Nisso tudo vemos a expressão do amor de

Deus em nós, o qual, sendo rico se fez pobre, por nos amar, para nos enriquecer com a Sua própria vida e glória (2Co 8:9).

A pregação do evangelho, viabilizada pelos recursos das ofertas de caráter material, consiste em manifestação de amor para com aqueles por quem Cristo morreu, e que aguardam o dia em que, pela pregação da Palavra, virão a crer no evangelho, como um dia se deu conosco (Rm 10:13-17 cf. Ef 1:13).

“Manifestai, pois, perante as igrejas, a PROVA DO VOSSO AMOR e da nossa exultação a vosso respeito na presença destes homens” (2Co 8:24).



QUARTO PRINCÍPIO

OFERTAS COMO EXPRESSÃO DE GENEROSIDADE E NÃO DE AVAREZA

“Portanto, julguei conveniente recomendar aos irmãos que me precedessem entre vós e preparassem de antemão a vossa dádiva já anunciada, para que esteja pronta como EXPRESSÃO DE GENEROSIDADE E NÃO DE AVAREZA” (2Co 9:5).

Esse é um princípio fundamental, o qual distingue as ofertas do novo testamento do dízimo da antiga aliança. A preocupação do apóstolo, nesse particular, é sobre o tipo de sentimento que nossas ofertas expressam.

Aplicando aqui o princípio de interpretação da leitura dialética, as perguntas possíveis extraídas do texto supracitado são:

1) Qual deve ser a verdadeira motivação do coração do ofertante no ato do ofertar?

2) A quantidade a ser ofertada deve ser determinada pela contabilidade mesquinha imposta por lei, ou deve ser a expressão de um coração generoso cheio de louvor e gratidão por todos os benefícios que Deus nos tem dado?

3) Que tipo de sentimento existe no coração, no momento de separar a oferta: alegria ou tristeza? Louvor ou pesar?

4) O que o coração sente depois de ter lançado a oferta dentro do gazofilácio: desejo de ofertar mais, caso houvesse condição, ou sentimento de dever cumprido?

Muitos não julgam o seu coração quanto à questão das ofertas. Todavia, devemos nos lembrar de que o ofertar faz parte da vida devocional do cristão. Assim como todas as outras coisas devem proceder de um coração limpo e tocado pelo Espírito Santo, do mesmo modo devem ser as ofertas.

Poucos cristãos oraram alguma vez por si mesmos, para que o Senhor os iluminasse, e desse-

lhes direção sobre a quantidade a ser ofertada. Geralmente conduzem-se automatizados e robotizados a uma prática corriqueira, sem nenhuma devoção verdadeira de coração. Não se preocupam, muitas vezes, em apresentar a Deus as suas ofertas, nem as dedicam de modo específico ao Senhor. Dirigem-se ao gazofilácio e lançam ali algum dinheiro, (geralmente do que lhes sobra, isto é, quando sobra), com a falsa sensação de consciência apaziguada e sentimento de dever cumprido.

Todavia não devemos proceder dessa maneira. Não podemos ofertar movidos pelo sentimento de obrigação, nem sermos coagidos por palavras de ameaça e imposições da antiga aliança.

A generosidade desconhece os limites mesquinhos do dízimo do antigo testamento. A sua capacidade de dar, não parte daquilo que possui, mas do quanto a obra de Deus necessita. A generosidade não se preocupa com o quanto lhe sobra, mas preocupa-se com o que ainda falta para o avanço do Reino de Deus. Esse era o sentimento que abundava nos corações dos irmãos macedônios, os quais, mesmo em

profunda pobreza, rogaram para que não lhes tirasse a graça de participarem da assistência aos santos (2Co 8:2-4)

Podemos melhor compreender a generosidade em oposição à avareza, considerando o seguinte exemplo: Imagine que alguém tenha um saboroso bolo de chocolate, e, vendo o seu irmão passar necessidade, por alívio de consciência, se proponha a repartir o bolo. Dividindo-o, porém, em dez pedaços, e dando-lhe apenas uma parte (10%), ficando com os nove pedaços restantes, seria isso uma expressão de generosidade ou de avareza? Ora, é certo que esse ato mesquinho reflete o sentimento de avareza que há no coração, e manifesta o quanto é egoísta a alma de alguém que ainda não foi ganho pelo Senhor.

Se dependesse tão somente da alma humana, mesquinha e conformada a esse século capitalista, quanto de seus recursos ofertaria ao Senhor? Essa pergunta nos leva a refletir e a considerar que muitos cristãos ofertam os seus dízimos ao Senhor movidos pelo medo das maldições da lei. Outros, gananciosos, buscam por meio do dinheiro garantir as bênçãos sem

medidas, de que falou o profeta Malaquias, que Deus haveria de derramar dos céus. Movidos por esses dois sentimentos carnis – o medo de perder o que tem e a vontade de ganhar fortunas – é que muitos ainda levam seus dízimos aos grandes centros religiosos.

Quando, entretanto, conhecem a graça de Deus e compreendem que não mais estão presos a porcentagens, sentem-se incapazes de continuar a ofertar. Não raras vezes, aqueles que, outrora, ofertavam 10%, passam a ofertar apenas 5%, outras vezes 3%, e ainda chegam a não ofertar coisa alguma. E por que isso acontece? Porque perderam o medo da punição da lei, e acabaram por descobrir que nunca houve verdadeiro amor e fidelidade naquilo que faziam. Uma vez libertados da lei (Rm 7:6), tendo despido seus corações da veste da auto justiça (Gn 3:7), reconheceram o que de fato eram, e se descobriram avarentos, egoístas e covardes.

A generosidade, portanto, é atributo daqueles que foram libertos, não somente da lei, mas também do pecado (Rm 6:18), isto é, do egoísmo e da avareza. Por essa razão sabem compartilhar, não

somente 10%, mas em muito maior proporção, não na medida da lei, mas na medida de suas posses, e mesmo acima delas (2Co 8:3), fazendo de coração ao Senhor.

Por isso é que a Bíblia nos ensina a entregarmos as nossas ofertas como expressão de generosidade e não de avareza. De acordo com a Chave Linguística do novo testamento Grego, de Fritz Rienecker, o texto de 2Co 9:5 traduz a seguinte ideia: Para que a vossa oferta, já anunciada, esteja *“pronta como um presente, e não como alguma coisa arrancada de vocês”* — p. 357 (comentário de 2Co 9:5).

5**QUINTO PRINCÍPIO****OFERTAS COMO SEMEADURA,
NÃO COMO BARGANHA COM DEUS**

Hoje em dia muito se fala em “acordos” com Deus. Há um número crescente de pessoas que buscam avidamente as igrejas chamadas evangélicas, com o propósito de barganhar com o Senhor. Oferecem mil com o fim de receberem dez mil; entregam dez mil visando cem mil, e assim por diante.

Observa-se que não há nas mensagens que divulgam esse tipo de negócio a verdadeira motivação que traduz o sentimento cristão: o saber compartilhar, o contribuir com o outro, o ofertar (doador). O que inspira o coração de tais “ofertantes”, segundo a teologia da prosperidade, é a noção de negócio, de lucro, de esperteza. Trata-se de um espírito empreendedor que busca a Deus, não para adorá-lo, mas para negociar com Ele.

O alvo a ser alcançado com esse tipo de “oferta” não é o avanço da obra de Deus ou o auxí-

lio aos pobres, mas o próprio ofertante. Ao designar a sua “oferta”, o ofertante o faz visando a si próprio, deliberando, de antemão, quanta vai lhe render aquele negócio. É uma atitude egoísta destituída de qualquer bondade proveniente de um coração oblato. É a manifestação de um falso “amor”, decadente, que se esconde por detrás de uma falsa piedade (2Tm 3:5).

O verdadeiro ofertar, em contraposição, é movido por outras intenções. Trata-se do contribuir e do dar, movido por um coração voluntário, segundo está escrito: *“Cada um CONTRIBUA segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria”* (2Co 9:7).

Temos, nesse sentido, o ofertar dos irmãos da igreja primitiva, o qual nos serve de modelo, quanto ao sentimento governante nos corações daqueles que trazem suas ofertas ao Senhor: *“Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía; tudo, porém, lhes era comum. Com grande poder, os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus, e em todos eles havia abundante*

graça. Pois nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam os valores correspondentes e depositavam aos pés dos apóstolos; então, se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade” (At 4:32-35).

A prática do contribuir e do ofertar desta primeira igreja era, na verdade, um ato de libação. Os irmãos se derramavam, abrindo mão da própria vida, em favor de outros.

Não pense você, igreja do século XXI, que é sem resultados esse tipo de ofertar. A Bíblia nos ensina que os valores depositados ao Senhor, com alegria e singeleza de coração, são tão lucrativos e rendosos quanto a capacidade de uma semente de produzir a trinta, sessenta e noventa por um, como nos afirma a Escritura: “...*Aquele que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia com fartura com abundância também ceifará*” (2Co 9:6).

Não se trata aqui de barganha com Deus, mas de resultado. Esse texto não nos incita a negociar com o Senhor, mas nos ensina o princípio justo

de Deus, o princípio da sementeira e da colheita: “... pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará” (GI 6:7).

É por isso que falamos de singeleza de coração. Pois, para o ofertante, o seu ato de ofertar é um contribuir; para Deus, todavia, refere-se a um semear: aquele que oferta, entrega a semente. A terra, por sua vez, acolhe-a e a faz morrer. O Deus que nos ama, a faz germinar e produzir frutos para o nosso bem.

Entretanto, alguém dirá: “a Bíblia nos assegura que a quantidade da colheita depende do tanto que semeamos. Isso, porventura, não nos leva a ofertar visando o lucro?” Não; não se lermos todo o contexto no qual está inserido esse versículo.

A Palavra de Deus nos afirma que “*Deus pode fazer-vos abundar em toda graça...*” (2Co 9:8a). Ora, “toda graça” neste contexto refere-se de fato a prosperidade material. Todavia, pergunto: Com qual propósito Deus nos faria colher abundantemente riquezas materiais? Para o nosso próprio enriquecimento?

Para prosperarmos com o fim em nós mesmos? Não, é certo que não. Mas assim diz a Escritura: “...a fim de que, *TENDO sempre, em tudo, ampla suficiência, SUPERABUNDEIS EM TODA BOA OBRA*” (2Co 9:8).

Conclui-se, pois, pelo testemunho da Bíblia Sagrada que o objetivo de Deus em fazer-nos prosperar é para que tenhamos o suficiente para nós e ampla suficiência para outros. Deus em Sua sabedoria, querendo tratar com os corações dos homens, mediante a Sua vontade permissiva, faz prosperar a uns para que este exerça a generosidade a favor do outro, e assim, sejam tributadas graças a Deus (2Co 9:11).

Não é sem razão que a Palavra de Deus compara os recursos que do Senhor recebemos a duas figuras que encerram princípios fundamentais: pão e semente (2Co 9:10). O pão é para a satisfação de nossas necessidades, a semente é para semearmos (ofertarmos), a fim de ajudar aqueles que pouco ou nada colheram, conforme está escrito: “*suprindo a vossa abundância, no presente, a falta daqueles, de modo que a abundância daqueles venha a suprir a vossa falta, e, assim, haja igualdade, como está escrito: O que*

muito colheu não teve demais; e o que pouco, não teve falta” (2Co 8:14-15).

Deus, na verdade, faz multiplicar as nossas sementes com o fim de nos conduzir à prática cada vez mais intensa do ofertar, para que, deste modo, pratiquemos a justiça, *“como está escrito: Distribuiu, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre. Ora, aquele que dá semente ao que semeia e pão para alimento também suprirá e aumentará a vossa sementeira e multiplicará OS FRUTOS DA VOSSA JUSTIÇA”* (2Co 9:9-10).

Ofertar, portanto, é ato de praticar a justiça, não de negociar com Deus. Por outro lado, a insistência em não ofertar é prática da INJUSTIÇA, o que, certamente, caracteriza iniquidade.

6

SEXTO PRINCÍPIO

OFERTA CONFORME O CORAÇÃO,
NÃO COM TRISTEZA OU POR NECESSIDADE,
MAS COM ALEGRIA

“Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria” (2Co 9:7).

Este versículo nos leva a perceber três cuidados que devemos ter em relação ao nosso ato de ofertar:

- 1) O cuidado com o coração;
- 2) O cuidado com o sentimento; e
- 3) O cuidado com a razão que nos move a ofertar.

Em primeiro lugar, precisamos notar que o cuidado para com o coração é necessário em função do que diz a Escritura a seu respeito: *“Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá?” (Jr 17:9).*

Ora, um coração enganoso e corrupto não é digno de confiança. Como, então, podemos ofertar segundo tiver proposto no coração? E se, porventura, estivermos sendo enganados pelo nosso coração egoísta, o qual inventa “mil e uma” desculpas para não ofertar o que convém ao Senhor?

Diante disso, só há uma saída. Precisamos sondar o nosso coração, a partir do nosso espírito. Em Provérbios 20:27 diz: *“O espírito do homem é a lâmpada do SENHOR, a qual esquadrinha todo o mais íntimo do corpo”*. Tal qual a lâmpada ilumina a casa, assim o espírito humano é lâmpada no interior do homem, e lhe mostra os recônditos remotos, outrora escuros da alma. Por essa razão é que continua o profeta Jeremias, dizendo: *“Eu, o SENHOR, esquadrinho o coração, eu provo os pensamentos; e isto para dar a cada um segundo seu proceder, segundo o fruto das suas ações”* (Jr 17:10).

Deste modo, tendo Deus habitando o nosso espírito (Ef 2:22), e sendo Ele próprio a luz que o preenche, podemos discernir as intenções do nosso coração, e então, tratá-lo, como convém, no poder do

Espírito Santo.

Assim, é necessário ofertarmos de acordo com nosso coração sob a luz do Espírito de Deus; pois, *“o fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio. Contra essas coisas não há lei”* (GI 5:22-23).

Este, pois, é um princípio do novo testamento: Se o que nos inspira a ofertar e nos ensina o modo como fazê-lo é a unção do Espírito de Deus em nós, então, é certo que o faremos em amor, com bondade e fidelidade, pois esses constituem o fruto do Espírito. Se, todavia, não há essas três características em nosso ato de ofertar, é porque não estamos sendo guiados pelo Espírito de Deus, e, sem sombra de dúvidas, estaremos sendo enganados por nosso coração enganoso e corrupto.

Andemos, portanto, na luz, para que tenhamos a certeza de que seremos aprovados por Cristo, no dia da Sua vinda.

Em segundo lugar, é preciso atentar para com o tipo de sentimento que temos ao ofertar. É pre-

ciso ofertar com alegria e não com tristeza. É preciso encontrar satisfação nas realizações de outros e no progresso da obra de Deus.

Ananias e Safira se propuseram a ofertar o valor de uma propriedade que possuíam. Quando, todavia, receberam a soma de dinheiro em suas mãos, suas almas ficaram entenebrecidas e tocadas por profunda tristeza. Tal sentimento era devido ao dilema que agora viviam seus corações. Por um lado, viam-se “forçados” a ofertar, não por estarem sendo coagidos pelos apóstolos, mas por se sentirem constrangidos diante da generosidade da igreja, a qual despretensiosamente ofertava os seus bens. Por outro lado, não se achavam dispostos a doar todo o valor, tal como foi com Barnabé, o qual, tendo vendido um campo, ofertou toda a soma, depositando-a aos pés dos apóstolos (At 4:36-37).

A avareza misturada ao desejo de serem vistos como os demais crentes da igreja, produziu neles uma tristeza tal, a ponto de perderem completamente a paz e serem envolvidos por muitos pensamentos perniciosos.

Neste conflito, relutaram por alguns dias, até que seus corações corruptos lhes propuseram uma saída, a saber: ofertar apenas uma parcela do dinheiro, como se essa fosse todo o valor da propriedade. A tristeza em seus corações obscureceu-lhes o espírito, de modo que os levou facilmente ao caminho da mentira. E qual não foi o resultado inevitável, foram ambos expostos à vergonha e levados à morte, como forma de disciplina do Senhor por causa de seu erro (At 5:1-4).

Não deixemos, portanto, que a tristeza que levou Ananias e Safira à morte, nos leve, semelhantemente, a perder a entrada no reino e a sermos disciplinados durante os mil anos pelo Senhor, ficando fora de Sua presença (Mt 25:10-12; 2Pe 1:10-11).

Em terceiro lugar, há o cuidado que devemos ter para com a razão que nos move a ofertar. O texto sagrado diz que devemos ofertar “...*não por necessidade*” (2Co 9:7). Este ensinamento nos mostra que, o dever de ofertar, não se restringe a momentos de necessidade da igreja ou dos santos.

Muitos cristãos só são movidos a ofertar quando percebem que há alguma necessidade clara e emergencial. Quando, todavia, as finanças da igreja parecem correr bem, com equilíbrio, se esquivam de ofertar, usando o argumento de que não há necessidade específica.

O ensinamento do apóstolo Paulo aqui nesta porção concentra-se no fato de que, não devemos confundir o dever de se ofertar ofertas ordinárias com as necessidades extraordinárias da igreja.

A razão que deve governar o nosso ato de ofertar, não é o fato de haver ou não necessidades emergenciais, mas o conhecimento de nossa responsabilidade e dever cristão, e o reconhecimento de que tal prática constitui atos de justiça dos santos (2Co 9:9; Ap 19:7-8).

Torna-se necessário, neste ponto, corrigirmos a interpretação equivocada que alguns dão a este texto, dizendo: *“A escritura nos ensina que não devemos ofertar com necessidade; uma vez que o ofertante esteja passando necessidade, está isento de ofertar”*.

Entretanto, não é a isso que se refere o texto. A Escritura não diz que não devemos ofertar COM necessidade, mas que não devemos ofertar POR necessidade. Ou seja, o ato de ofertar não deve acontecer somente quando há necessidade específica por parte da igreja, mas deve ocorrer, ordinariamente, mesmo quando não há qualquer pendência ou carência definida, pois *“...Deus ama a quem dá com alegria”*.



SÉTIMO PRINCÍPIO

OFERTAS PLANEJADAS

A Palavra de Deus nos ensina que as nossas ofertas ao Senhor devem ser ofertas planejadas. Veja o que diz a Escritura: *“Quanto à coleta para os santos, fizeti vós também como ordenei às igrejas da Galácia. No primeiro dia da semana, cada um de vós PONHA DE PARTE, EM CASA, conforme a sua prosperidade, e VÁ JUNTANDO, para que se não façam coletas quando eu for”* (1Co 16:1-2).

Não poucos cristãos são indisciplinados quanto a essa questão. A razão, talvez, seja o fato de não darem às ofertas o mesmo grau de importância que é dedicado às demais disciplinas cristãs. Há, comumente, uma supervalorização das orações, louvores, cultos e pregações, como também lhes é atribuído um alto nível de espiritualidade. Todavia ao tratar-se de ofertas, não raramente, há certo descaso quanto à sua preparação. Tal descaso acontece tanto no campo da preparação espiritual do ofertante quanto no sentido da organização financeira, de modo a priorizar

aquilo que deve ser separado para o Senhor, antes de qualquer outra coisa.

Enquanto escrevia tais palavras e meditava sobre a importância de se ter uma boa preparação quanto ao ato de ofertar, veio-me à lembrança a prática de certa irmã em Cristo que, ao preparar de antemão a sua oferta, separa as melhores cédulas e as dedica como oferta ao Senhor. Essa preocupação em ofertar as cédulas mais novas (menos surradas), não é uma preocupação de somenos importância. Na verdade, para tal irmã, em particular, esse é um procedimento espiritual e que faz parte de sua devoção a Deus. Este é um princípio bíblico de que tudo o que é separado ao Senhor deve ser o melhor possível (cf. Ex 12:5; MI 1:7-8; Fp 4:18).

Sabendo que Deus vai julgar a cada um de nós segundo as nossas obras, na manifestação do Seu reino (Mt 16:27), e que tal julgamento investigará as intenções do coração (Hb 4:12-13), é certo que a atitude de separar as melhores cédulas ao Senhor será contabilizada e resultará em galardão.

Semelhante atenção deve ser dada à orga-

nização financeira para não ocorrer o caso de, depois de quitados todos os compromissos seculares, venhamos a faltar com as nossas ofertas. Por essa razão, advertiu o apóstolo Paulo, dizendo: *“porque bem reconheço a vossa presteza, da qual me glorio junto aos macedônios, dizendo que a Acaia ESTÁ PREPARADA desde o ano passado; e o vosso zelo tem estimulado a muitíssimos. Contudo, enviei os irmãos, para que o nosso louvor a vosso respeito, neste particular, não se desminta, a fim de que, como venho dizendo, ESTIVÉSSEIS PREPARADOS, para que, caso alguns macedônios forem comigo e vos encontrem desapercibidos, não fiquemos nós envergonhados (para não dizer, vós) quanto a esta confiança. Portanto, julguei conveniente recomendar aos irmãos que me precedessem entre vós e PREPARASSEM DE ANTEMÃO A VOSSA DÁDIVA já anunciada, para que ESTEJA PRONTA como expressão de generosidade e não de avareza”* (2Co 9:1-5).

Portanto ao tratarmos com as ofertas de riquezas materiais precisamos ter uma rígida disciplina e uma preparação, tanto espiritual quanto administrativa, para não correremos o risco de, depois de termos trabalhado tanto, sermos desqualificados (1Co 9:25-27).

8

OITAVO PRINCÍPIO

OFERTAS PARA PROMOVER A IGUALDADE

Os dois próximos princípios visam à elucidação de questões relativas à finalidade e destino das ofertas. Tal compreensão, necessária, constitui para os dias de hoje algo de extrema importância, visto que paira sobre este tema muita sombra e escuridão, enquanto, os que poderiam clarificá-lo, silenciam suas vozes e se negam a discorrer o assunto pelas Escrituras.

Promover a IGUALDADE entre os irmãos é a primeira razão apresentada pela Bíblia Sagrada, para a prática de ofertas no novo testamento. Esse não foi um mandamento imposto pela primeira igreja, mas uma manifestação espontânea da vida de Cristo, a qual pulsava no coração dos primeiros discípulos, levando-os a considerarem uns aos outros, acima de qualquer preço. A esse respeito está escrito: *“Todos os que creram estavam JUNTOS e tinham tudo em COMUM. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto ENTRE TODOS, à medida que*

alguém tinha necessidade” (At 2:44-45).

A igreja, nos seus primórdios, vivia momentos de profunda sensibilidade espiritual, o que os tornavam ensináveis, de maneira que o Espírito de Cristo que neles estava podia, sem sofrer qualquer resistência, conduzi-los ao caminho de uma vida coletiva comum. O sentimento dominante na alma dos crentes não era o de acumular tesouros nesta terra. As reuniões praticadas pela igreja não promoviam campanhas com o fim de buscar recursos deste mundo. Ao contrário disso, constrangidos pelo amor do Senhor, vendiam os seus bens e propriedades, buscando a comunhão por meio do ofertar, tanto do ter quanto do não-ter; assim do dar como do receber.

Sobre tais irmãos nos é dito: “*EM CADA ALMA HAVIA TEMOR...*” (At 2:43). E isso era tudo. Qualquer outro comportamento que fugisse a essa regra do Espírito feria o mover da Vida, o qual guiava a recém-nascida igreja em seus primeiros passos. Os que se atreviam a tentar mudar o curso sobrenatural do mover divino na igreja, sofriam a punição, imediatamente (At 5:1-11; 8:18-23).

A igualdade a ser promovida entre os santos, por meio do ofertar, deve seguir os seguintes parâmetros, de acordo com as Escrituras: primeiramente, deve-se atentar para os irmãos que são separados para o trabalho na obra do Senhor, em tempo integral. *“Porque não é para que os outros tenham alívio, e vós, sobrecarga; mas para que haja igualdade SUPRINDO A VOSSA ABUNDÂNCIA, no presente, A FALTA DAQUELES, de modo que a ABUNDÂNCIA DAQUELES VENHA A SUPRIR A VOSSA FALTA, e assim, haja igualdade, como está escrito: O que muito colheu não teve demais; e o que pouco, não teve falta”* (2Co 8:13-15).

Embora esse texto não fale diretamente do trato para com os irmãos de tempo integral, todavia, estabelece o princípio do cuidado mútuo. A igualdade aqui referida pelo apóstolo Paulo, só acontece se houver “uma via de mão dupla”, de maneira que, os que se consagram integralmente ao Senhor suprem a FALTA ESPIRITUAL daqueles que estão envolvidos no trabalho secular; e os que estão envolvidos no trabalho secular suprem a FALTA MATERIAL dos que estão envolvidos na obra do Senhor, conforme está escrito: *“...SUPRINDO A VOSSA ABUNDÂNCIA...A FALTA*

DAQUELES, de modo que a ABUNDÂNCIA DAQUELES VENHA A SUPRIR A VOSSA FALTA...". Este é um princípio geral capaz de estabelecer equilíbrio justo entre os irmãos.

O mesmo princípio é aplicado por Paulo em sua carta aos Romanos 15:26 e 27: *"porque aprouve à Macedônia e à Acáia levantar uma coleta em benefício dos pobres dentre os santos que vivem em Jerusalém. Isto lhes pareceu bem, e mesmo LHES SÃO DEVEDORES; porque, se os gentios TÊM SIDO PARTICIPANTES DOS VALORES ESPIRITUAIS DOS JUDEUS, DEVEM TAMBÉM SERVI-LOS COM BENS MATERIAIS". E ainda, em outro lugar, reafirma, dizendo: "Mas aquele que está instruído na palavra faça participante de todas as coisas boas àquele que o instrui" (Gl6:6). Nisso consiste a sabedoria de Deus revelada em Sua Palavra.*

Algumas pessoas julgam mal os obreiros que se dedicam integralmente à obra do Senhor, argumentando que não existe tal prática ensinada nas Escrituras. Entretanto, o que diz a Bíblia Sagrada a esse respeito? Veja: *"Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que*

presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino. Pois a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o trigo. E ainda: O trabalhador é digno do seu salário” (1Tm 5:17-18).

Observe que o apóstolo Paulo, utilizando-se da figura do boi, pois o boi é símbolo do serviço cristão, nos ensina que assim como o boi não poderia ter a sua boca amordaçada enquanto debulhava o trigo, de semelhante modo, o obreiro não deve ser impedido de extrair o seu sustento da mesma obra em que está envolvido; por isso ele diz: *“O trabalhador é digno do seu salário”*.

Em segundo lugar, a fim de promover a igualdade na igreja, é preciso levar em consideração as viúvas, verdadeiramente viúvas, que não possuem filhos ou netos que a amparem (1Tm 5:3-4 e 16). Essas devem ser inscritas, a fim de usufruírem o direito de serem assistidas em suas necessidades ordinárias. Esse é um dever da igreja, o qual é levado a cabo mediante os recursos provenientes das ofertas dos santos.

Nesse grupo, incluem-se também os órfãos. Tiago, ao apresentar a praticidade do evangelho em relação às coisas simples do cotidiano, nos exortou, dizendo: “*A religião pura e sem mácula, para com o nosso Deus e Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas NAS SUAS TRIBULAÇÕES...*” (1:27). E o apóstolo Paulo, ao falar-nos sobre a sua responsabilidade ministerial, fez-nos saber que, a única direção que ele recebeu dos apóstolos de Jerusalém, foi a recomendação para não se esquecer dos pobres (Gl 2:10).

Ora, como todos esses cuidados podem ser cumpridos, senão pela cooperação das ofertas voluntárias e liberais de cada um dos santos que compõe a igreja?

Ao governo da igreja, todavia, compete à responsabilidade de administrar as ofertas dos santos, trazidas de boa fé, e distribuí-las com firmeza e sabedoria, com o fim de promover a igualdade entre os irmãos.

Foi em nome desta igualdade que o apóstolo Paulo exortou as irmãs, a que não se ataviassem de

ouro, pérolas ou vestuário dispendioso (1Tm 2:9). A preocupação do apóstolo nesta referência, não recai sobre a questão da vaidade, como alguns, insistentemente, têm interpretado. Mas tal preocupação e ensinamento buscavam promover a igualdade entre as irmãs, de modo que, o brilho exterior dos aparatos dispendiosos (caros), não viesse a ofuscar a glória da comunhão e da singeleza de coração comuns a todos os santos.

O desejo do apóstolo Paulo era que fosse banido da vida de reuniões da igreja qualquer elemento, seja ele externo ou interno, que viesse a quebrar a comunhão entre os irmãos. Pois até mesmo os enfeites de ouro de algumas irmãs, realçados pela pobreza de outras, é capaz de romper com a comunhão do corpo de Cristo. Por esta razão, continuou o apóstolo Paulo, ao invés de as irmãs se ataviarem com ouro e com vestidos dispendiosos, deveriam se ATAVIAR DE BOAS OBRAS (como é próprio às mulheres piedosas) - 1Tm 2:10.

Qual, pois, a relação entre o “*se ataviar de boas obras*” com o ouro, com o qual as mulheres se

enfeitavam? Ora, vede. O apóstolo fala-nos do dever de transformar a riqueza que trazemos para o nosso próprio luxo e vaidade, em benefício aos que são desprovidos de recursos materiais. Esse é o significado de se ataviar de boas obras, e esse é o caminho que promove a igualdade na igreja.



NONO PRINCÍPIO

OFERTAS PARA COOPERAR COM A VERDADE

Ao falar a respeito daqueles que estão envolvidos na obra do Senhor, dos que são enviados para pregar a Palavra de Deus, o apóstolo João, em sua terceira epístola, nos instrui, dizendo: *“Amado, procedes fielmente naquilo que PRATICAS PARA COM OS IRMÃOS, e isto fazes mesmo quando são estrangeiros, os quais, perante a igreja, deram testemunho do teu amor. Bem farás ENCAMINHANDO-OS EM SUA JORNADA POR MODO DIGNO DE DEUS; pois por causa do Nome foi que saíram, nada recebendo dos gentios. Portanto, devemos ACOLHER esses irmãos, para nos tornarmos COOPERADORES DA VERDADE”* (1:5-8).

Esta porção das Escrituras fala do CUIDADO PRATICADO PARA COM OS IRMÃOS. Gaio, muito provavelmente um bispo de alguma igreja estabelecida pelo apóstolo João, é nos apresentado como modelo de fidelidade, alguém que administrava bem as finanças da igreja, no que diz respeito a obras missionárias.

A fidelidade de Gaio em seu cuidado para com os obreiros de Deus se manifestava tanto no ACOLHER os missionários como no ENCAMINHÁ-LOS por modo digno de Deus. Toda essa honra e cuidado especial a favor dos obreiros do Senhor, era devido ao fato de eles terem saído por causa do Nome (Jesus). Saíram no sentido de ir fazer a obra missionária em outras terras. E de que maneira saíram? “...*Nada recebendo dos gentios*”; isto é, saíram em obediência ao IDE de Jesus Cristo (Mc 16:15), sem contudo, receber nenhum salário previsto por parte do governo ou de qualquer outra entidade gentilica.

A motivação do coração desses apóstolos da igreja era tão somente a propagação do Nome de Jesus. Por isso está escrito: “*Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!*” (Rm 10:15). Por esta razão, quando a igreja supre a necessidade destes irmãos, não de qualquer modo, mas ofertando-lhes salário (2Co 11:8; 1Tm 5:18), por modo digno de Deus (3Jo 1:6), a igreja se torna COOPERADORA DA VERDADE.

Como sempre costume dizer aos santos da

igreja, na qual eu sirvo, Deus bem que poderia suprir a necessidade de Sua igreja usando meios milagrosos, sem que precisasse da participação do homem. Esse, todavia, é um pensamento meramente natural, apresentado, não por haver nele sabedoria, mas para levar os santos a refletirem sobre o porquê Deus não o faz deste modo.

A razão por que o Senhor não o faz desse modo, encontra-se no fato de que, em Seu plano eterno, Deus decidiu nada fazer sem o homem. A própria obra de redenção exigiu que o Deus Forte se tornasse um menino, e que o Pai da eternidade se fizesse filho (Is 9:6). Participante de carne e sangue à nossa semelhança (Hb 2:14), o Verbo se fez carne e veio habitar entre nós (Jo 1:14).

Este é o princípio da encarnação, do Deus imanente, princípio este em que o Divino se une ao homem para o cumprimento de Sua vontade. Essa unidade de propósito foi manifestada, primeiramente, na pessoa de Seu Filho Jesus Cristo, e hoje, nos dias do Novo testamento, por meio da Igreja, *“a qual é o*

seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas” (Ef 1:22).

Em tudo isso se vê a expressão da graça de Deus, o qual nos concede a honra e o privilégio de nos unirmos a Ele, de modo a trabalharmos juntos, em mútua cooperação. De sorte que, sempre que oferecemos a Deus as nossas ofertas, unindo a Ele os nossos corações, na busca de ver cumprida a Sua vontade, nos tornamos cooperadores da verdade.

Existe maior privilégio do que este, de sermos cooperadores da Verdade, ao lado de Deus, trabalhando juntos pelo Seu propósito eterno? É certo que não. Por isso, a cada dia Deus nos convida a nos associarmos a Ele na grande batalha que já se aproxima do fim.

O modo como Salomão buscava a cooperação de Sulamita para se unir a ele no labor de seus sofrimentos no campo, se aplica semelhantemente a Cristo, que não desiste de nos convidar, com muitos rogos, a que nos unamos a Ele na grande tarefa de implantarmos na terra o reino de nosso Pai:

(O rogo do amado)

“Eu dormia, mas o meu coração velava; eis a voz do meu amado, que está batendo: Abre-me, minha irmã, querida minha, pomba minha, imaculada minha, porque a minha cabeça está cheia de orvalho, os meus cabelos, das gotas da noite”.

(A resposta da amada)

“Já despi a minha túnica, hei de vesti-la outra vez? Já lavei os pés, tornarei a sujá-los. O meu amado meteu a mão por uma fresta, e o meu coração se comoveu por amor dele” (Ct 5:2-4).

É desse modo que o Senhor procura nos atrair para Si. Com o fim de fazer-nos unir a Ele e nos lançar no calor da batalha, é preciso que o Senhor nos apresente Suas mãos feridas. Somente as marcas dos cravos nas mãos de Cristo são capazes de fazer-nos levantar da “cama”, do nosso comodismo, de arrancar de nós as desculpas esfarrapadas e de contagiar, pelo ardor do Seu coração, o nosso espírito e alma.

Não é tempo, igreja, de “vestirmos as nossas vestes”, de “lavarmos os nossos pés” e de nos “reco-

lhermos em nossos aposentos”. A batalha pelo Reino está agora, mais do que nunca, em pleno combate. Se abrirmos espaço, ainda que seja uma pequena fresta na porta de nosso coração, o Senhor nos revelará as marcas da redenção, a qual nos despertará para uma entrega de cooperação com Ele. E assim, com o coração comovido de amor, sairemos após Ele e as nossas cabeças ficarão cheias do orvalho da noite. *“Saíamos, pois, a ele, fora do arraial, levando o seu vitupério”* (Hb 13:13).

Como estará, pois, a tua cabeça, no dia do tribunal de Cristo (2Co 5:10)? Estará como a cabeça de Cristo, cheia do orvalho da noite, ou estará seca e quentinha, pelo comodismo em face à responsabilidade de se unir a Cristo, em cooperação com a verdade?

Talvez alguns, diante desse apelo, respondam como também respondeu Sulamita ao seu amado, dizendo: *“Não posso...”*. Não posso porque, como deixaria a vida do trabalho secular, para me dedicar à pregação do evangelho, a fim de me tornar cooperador com Ele? Afinal, Deus vê que tenho família, responsabilidades, negócios, enfim.

De fato, nem todos foram chamados para entregarem suas vidas ao serviço de tempo integral, para a pregação do evangelho. Todavia, aqueles que não podem deixar a vida do trabalho secular para se dedicarem exclusivamente à proclamação do Nome de Jesus podem se unir a Ele, de outra forma, em cooperação com a verdade, mediante as ofertas de riquezas materiais.

Em Filipenses 4:15-17, lemos: *“E sabeis também vós, ó filipenses, que, no início do evangelho, quando parti da Macedônia, nenhuma igreja se ASSOCIOU COMIGO no tocante a dar e receber, senão unicamente vós outros; porque até para Tessalônica MANDASTES não somente uma vez, mas duas, O BASTANTE PARA AS MINHAS NECESSIDADES. Não que eu procure o donativo, mas o que realmente me interessa é o FRUTO QUE AUMENTE O VOSSO CRÉDITO”*.

Esse é um exemplo típico de como podemos nos associar àqueles que saem para pregar a Palavra, nos tornando, assim, cooperadores da verdade. Como está dito no versículo acima, o apóstolo havia partido para a Macedônia. Paulo é que era o pregador, o

apóstolo, o enviado. Os demais irmãos da igreja, não possuindo o mesmo ministério que ele, nem estando desembaraçados dos deveres desta terra, não podiam sair juntamente com ele para levar a verdade de Deus. Todavia, apesar de suas limitações neste particular, puderam se ASSOCIAR ao apóstolo na propagação da verdade, ao colaborarem na sustentação de seu ministério, por meio de suas ofertas voluntárias.

Ser um cooperador da verdade, portanto, significa se colocar ao seu lado, de modo a viabilizar todos os meios necessários para a sua propagação, a fim de alcançar o seu objetivo final. Assim, todos os que ofertam na era do novo testamento, cuja aplicação é destinada para esse fim, tornam-se cooperadores da verdade.

De semelhante modo, assim como nos dias de hoje nos associamos à verdade e nos tornamos seus cooperadores, todos os frutos resultantes dessa associação serão igualmente compartilhados no dia do tribunal de Cristo. Pois assim está escrito: *“Ora, o que planta e o que rega são um; e cada um receberá o seu galardão, segundo o seu próprio trabalho”* (1Co

3:8). Do mesmo modo, pois, que um planta e outro rega, dividindo entre si o labor da seara, os frutos do trabalho compartilhado serão, semelhantemente, repartidos, e cada um receberá o seu galardão na proporção de sua participação.

Por essa razão, o apóstolo Paulo declarou que aqueles que haviam se associado a ele na divulgação da Palavra de Deus, sustentando o seu ministério apostólico mediante ofertas voluntárias, tinham a seu favor, creditado nos céus, a participação nos frutos angariados. Esse foi, certamente, o sentido das palavras de Cristo, quando nos exortou, dizendo: *“Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde traça nem ferrugem corrói, e onde ladrões não escavam, nem roubam”* (Mt 6:19-20).

Os recursos que investimos na obra do Senhor são tesouros acumulados no céu. Isso nos dá a certeza de que a cada depósito, aumenta o nosso crédito para o dia de Cristo Jesus.

Quando, pois, por ocasião do reino milenar, Jesus Cristo vier a receber do Pai os reinos da terra por herança (Sl 2:8-9), todos os que a Ele se uniram, sejam por intermédio do dar a si mesmos para a obra missionária ou do se associar a ela mediante ofertas de riquezas materiais, compartilharão (se depender deste particular) da bênção de reinar com Cristo por mil anos, sobre nações (Is 53:11 e 12; Ap 2:26-27). A base de distribuição de galardões será segundo o princípio de cada um receberá segundo as suas obras (Mt 16:27).

Essa é a segunda razão pela qual o Senhor Deus estabeleceu a prática das ofertas: para que nós, na qualidade de Seus servos, aprendêssemos a lei da cooperação, e desta maneira manifestássemos no coração, não somente a intenção, mas a disposição e o agir quanto ao ato de ofertar, em concordância com aquilo que afirmamos crer.

10

DÉCIMO PRINCÍPIO

OFERTAS QUE RESULTAM EM GLÓRIAS A DEUS

“Porque o serviço desta assistência não só supre a necessidade dos santos, mas TAMBÉM REDUNDA EM MUITAS GRAÇAS A DEUS, visto como, na prova desta ministração, glorificam a Deus pela obediência da vossa confissão quanto ao evangelho de Cristo e pela liberalidade com que contribuís para eles e para todos” (2Co 9:12-13).

Após discorremos as duas razões pelas quais o Senhor Deus estabeleceu a prática do ofertar, chegamos agora ao último princípio. Este trata do resultado e do testemunho dos cristãos mediante as suas ofertas.

Mediante a nossa obediência à confissão que um dia abraçamos, o Nome do Senhor é glorificado e muitas graças são rendidas a Ele. Pois, quando os incrédulos contemplam um povo que, a despeito da era em que vive (uma era capitalista), vive, não para si mesmo, mas para o reino de Deus, não somente são

levados a glorificá-lo como também são tocados pelo testemunho de vidas transformadas e conformadas à imagem de Jesus Cristo (Rm 8:29).

O viver santo do povo de Deus redundava em louvor e glória ao Nome do Senhor, como está escrito: *“Portanto, quer comais, quer bebais ou FAÇAIS OUTRA COISA QUALQUER, fazei tudo para a glória de Deus”* (1Co 10:31).

Se a igreja praticasse exatamente o que a Bíblia ensina sobre ofertas, o mundo a veria como o sal da terra e a luz do mundo. Pois o dar sem esperar receber algo em troca, testifica de uma vida, cujo nível está acima das demais.

O ofertar testifica de pessoas que outrora eram amantes de si mesmas, mas que agora, foram transformadas em pessoas solidárias, que se preocupam umas com as outras, que investem em pessoas, ao invés de investirem em coisas, e que consideram que é mais bem aventurado dar que receber (At 20:35).

O contrário, todavia, é o que vemos acontecer. Vivemos numa época como nunca houve, num tempo em que o povo de Deus tem demonstrado ser rico e abastado, que não precisa de coisa material alguma. Todavia, não se pode dizer o mesmo quanto à vida espiritual (Ap 3:17). Trata-se de uma era em que as igrejas são beneficiadas com grandes somas de dinheiro ofertadas pelos fiéis e, sobretudo, pelo salário de sua prostituição, pois a preço tão baixo se vendeu, e promiscuamente se casou com a política.

Em tudo isso não vemos nenhuma cooperação com a Verdade, nem percebemos igualdade no meio do povo de Deus. O órfão, a viúva e o pobre não são, nem ao menos, visitados. O dinheiro arrecadado visa à construção de grandes obras faraônicas, templos suntuosos, cadeiras acolchoadas para os “don-docas” se assentarem, e para a sustentação de líderes milionários que nem ao menos conhecem as ovelhas que estão sob o seu cuidado (se é que estão). Tais líderes, na verdade, não tratam com ovelhas, mas com números; não são pastores, mas empresários; não são homens de Deus, porém homens de negócio.

Ah, se a igreja do Senhor se despertasse da embriaguez do vinho que a faz moribunda, o mundo inteiro a veria diferente. E por mais que os homens ímpios não recebessem a Jesus Cristo como Salvador (pois isso não depende do homem), ao menos se sentiriam ofendidos por causa da santidade do povo de Deus e os perseguiriam de morte, dando assim, a oportunidade aos santos, de não somente entregarem seus recursos materiais ao Senhor, mas também de ofertarem a Ele as suas próprias vidas.

DÍZIMOS E OFERTAS

à luz da Bíblia



Alexandre Rodrigues